

ano 20 – n. 77 | abril/junho – 2022
Belo Horizonte | p. 1-210 | ISSN 1678-7072
R. bras. de Dir. Público – RBDP

**Revista Brasileira de
DIREITO PÚBLICO**

RBDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A (in)competência da Justiça do Trabalho para julgamento das ações de empregados públicos (celetistas) e possíveis reflexos do julgamento pelo STF do Tema nº 606 (repercussão geral) – análise dos casos de nulidade do vínculo jurídico

André Boccuzzi de Souza 9

Uma abordagem jogo-teórica das estratégias (atuais e possíveis) do Estado brasileiro para a pesquisa em energia renovável

Bradson Camelo 31

1	Introdução	31
2	Pesquisa energética	32
2.1	Importância para preservação e desenvolvimento	32
2.2	Externalidades não redutíveis	33
3	Modelo legal brasileiro	35
4	O jogo	37
4.1	Jogadores	37
4.2	Regras do jogo	37
4.3	Estratégias possíveis	38
4.4	<i>Payoff</i>	40
5	Modelo matemático para atuação dos agentes privados	40
6	Análise das estratégias puras do Estado	41
6.1	Investir em pesquisa sozinho	41
6.2	Estado não investe, mas estimula e regula	43
6.3	Estado investe em pesquisa através de cooperação com outros jogadores	44
7	Conclusão	45
	Referências	46

A pessoa jurídica de direito público como vítima de dano moral nas ações de improbidade administrativa: uma análise crítica da doutrina e da jurisprudência

Cristina Borges Ribas Maksym 51

1	Introdução	51
2	A titularidade de direitos fundamentais pela pessoa jurídica de direito público	52
3	A possibilidade de a pessoa jurídica de direito público ser vítima de dano moral	56
4	As ações de improbidade administrativa e a reparação do dano moral da pessoa jurídica de direito público	62
5	Conclusão	68
	Referências	69

O regime de nulidades da Lei nº 14.133: uma importante consolidação do estado da arte das nulidades no Direito Administrativo

Daniel Polignano Godoy 73

1	Introdução	73
---	------------------	----

2	Comentários a respeito do regime de nulidades previsto na Lei nº 8.666/93	75
3	Da evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial quanto ao regime de nulidades no regime do Direito Administrativo	85
4	O regime de nulidades incorporado pela Lei nº 14.133	89
5	Conclusão	94
	Referências	96

A força dos precedentes judiciais: um breve recorte sobre o fim da dispersão da jurisprudência brasileira e suas consequências

Elis Mary Avelina de Azevedo	99
1 Introdução	100
2 Um sistema jurídico verticalizado: a quebra do paradigma do livre convencimento motivado pelas inovações do novo sistema processual.....	101
3 A nova sistemática procedimental advinda dos precedentes judiciais no novo sistema processual brasileiro	109
4 As consequências advindas da mitigação do livre convencimento motivado	112
5 Conclusão	114
Referências	116

A Lei de Barragens de Minas Gerais: conflito de competências e (des)incentivos normativos

Leonardo André Gandara	117
1 Introdução	117
2 Mariana e Brumadinho: tragédias socioambientais e a gênese da Lei nº 23.291 .	118
3 A Lei de Barragens de Minas Gerais: uma visão geral	119
4 O art. 18 da Lei de Barragens de Minas Gerais e a invasão de competência.....	122
5 Normas e incentivos, normas e conflitos.....	125
6 Conclusão	129
Referências	131

Impactos da Lei nº 13.655/2018 nos órgãos de controle e seus reflexos na Administração Pública

Márcio Macedo Conrado, Fernando B. Meneguim	135
1 Introdução	135
2 Aspectos relevantes da Lei nº 13.655/2018 para o regime decisório dos órgãos de controle	137
3 Estudos de caso: o antes e o depois da Lei nº 13.655/2018	143
3.1 A contratação de serviços técnicos especializados sem concurso público – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.....	143
3.2 O processo de admissão de pessoal e a relação de parentesco com o gestor responsável pelo concurso público – Tribunal de Contas do Estado do Paraná	145
3.3 A alteração de entendimento pelo órgão de controle externo e a fixação de período de transição – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	148
3.4 A existência de cláusulas restritivas no pregão eletrônico e a preocupação com o resultado prático da decisão – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo....	149
4 Conclusão	151
Referências	153

Incompletude contratual e reequilíbrio no âmbito do Direito Administrativo: por que os contratos não se comportam como o Direito imagina?		
Marcos Nóbrega, Pedro Dias de Oliveira Netto		157
1	Noções preliminares sobre os contratos	157
2	Teoria dos contratos incompletos e os desafios inerentes aos contratos administrativos	163
3	Considerações finais	169
	Referências	170
O que podemos aprender com os requisitos de admissibilidade da <i>class action</i> norte-americana		
Nélio Zattar de Mello Carneiro Salles		173
1	Introdução	173
2	<i>Class action</i>	175
2.1	Requisitos	179
3	Conclusão	185
	Referências	187
O seguro garantia em defesa do meio ambiente		
Paulo Rogério Häuptli		189
1	O conceito de meio ambiente	189
2	Proteção jurídica ao meio ambiente	190
3	Ação popular e ação civil pública no Direito Ambiental	194
4	Mandado de segurança coletivo e o TAC em matéria ambiental	196
5	Seguro garantia e o meio ambiente	199
6	Considerações finais	204
	Referências	205
Instruções para os autores		209